

**Entrevista com João Cardoso Palma Filho
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE – 2001.**

**Entrevista concedida a Célia Maria David – Presidente da Comissão Editorial
da CAMINE: Caminhos da Educação, em 9/10/2009.**



CAMINE: Cam. Educ. = Ways Educ., Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](#)



João Cardoso Palma Filho é Doutor em Educação (Supervisão e Currículo) e Professor Livre Docente (Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio) pelo Instituto de Artes da UNESP. Professor do programa de Pós-Graduação em Artes, onde ministra a disciplina “Metodologia da Pesquisa Científica”. É Membro titular da Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de São Paulo. Alguns livros publicados: “Política Educacional Brasileira - Educação Brasileira numa década de incerteza (1990-2000): avanços e retrocessos”. “Pedagogia cidadã - uma nova prática na formação do educador”. “A educação brasileira nos textos legais”. “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - organização, apresentação e comentários”. “Educação Pública: Tendências e desafios”.

<http://lattes.cnpq.br/6871865854491549>

CAMINE - Qual o sentido e quais racionalidades permearam a idéia de um Plano Nacional de Educação dentro da História da Educação Brasileira antes e depois da LDB nº. 9394/06?

Palma - A proposta de elaboração de um Plano Nacional de Educação surge com os “Pioneiros da Educação” com o lançamento do “Manifesto pela Educação Nova”. A lógica que preside a idéia de um Plano Nacional de Educação é a da modernização da educação, numa perspectiva tecnicista, no quadro do chamado humanismo laico. A LDB de 1996 acentua a perspectiva tecnicista. Importante lembrar que a intervenção do Estado em setores específicos da sociedade, como é o caso da educação, saúde, previdência social, etc. surgiu na URSS (União Soviética) após a Revolução Socialista de 1917, com o surgimento dos planos quinquenais. A crise da economia capitalista de 1929 acentuou a necessidade de intervenção estatal na economia, colocando em cheque o ideário liberalconservador que defendia a não intervenção do Estado na economia. Tendo em vista o atraso educacional brasileiro, os “Pioneiros” embora não defendessem o monopólio estatal da educação, entendiam que sem a intervenção do Poder Público no campo educacional, dificilmente, o Brasil conseguiria implantar um moderno parque industrial.

CAMINE - Falar de um Plano Nacional de Educação significa falar da necessidade de fixação de diretrizes e bases da educação nacional?

Palma - Não necessariamente. No caso brasileiro, o PNE decorre de dispositivos legais estabelecidos na LDB. Portanto, este seria uma espécie de operacionalização da LDB.

CAMINE - Considerando-se a dimensão territorial do nosso país, as diferenças regionais - físicas, sociais, econômicas e culturais, o que, sob seu ponto de vista o que significa - Educação Nacional?

Palma - Significa ter certa preocupação com a unidade nacional e desse modo, estabelecer diretrizes gerais que devam ser observadas em todo o território nacional, observadas as peculiaridades regionais e locais. Foi, aliás, por esse motivo que a Constituição Federal estabeleceu o regime de colaboração entre os diferentes entes federativos, a saber: União, Estados e Municípios. Atualmente se discute a necessidade de um sistema nacional de educação, tema que considero muito polêmico, uma vez que é preciso garantir o princípio federativo.

CAMINE - Como o prof. situaria o PNE/2001? Poderia tecer alguns comentários sobre os antecedentes da promulgação da Lei nº. 10.172/2001?

Palma - O PNE que resultou na Lei nº 10.172/2001 foi uma iniciativa do Ministério da Educação. Entretanto, antes do envio da Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional, houve o encaminhamento de uma proposta de PNE que partiu de diferentes setores da sociedade brasileira e que no Legislativo foi encampado pelo Deputado Federal Ivan Valente que se auto intitulou Plano Nacional de Educação da Sociedade. Obviamente, essa denominação é um exagero, uma vez que não houve uma ampla participação da sociedade, mas sim de setores ligados ao campo profissional da educação. Nesse sentido, a LDB de 1961, a nossa primeira LDB, contou com uma maior participação da sociedade à época, quando amplos setores da sociedade brasileira estavam engajados nas chamadas reformas de base.

CAMINE - Em que aspectos o PNE/2001 se diferencia das propostas que o precederam? As diferenças, se for o caso, significam avanços? Em que sentido?

Palma - De fato, anteriormente, só tivemos um Plano Nacional de Educação, que foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação no ano de 1963 e que, na prática não chegou a ser aplicado em razão do golpe de estado de 1964 que derrubou o Presidente João Goulart. Durante o regime militar o país conheceu diversos planos setoriais que estabeleciam metas para o setor educacional. Nesse sentido, o PNE de 2001 é único.

CAMINE - De acordo com o Art. 1º da LEI No 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001, ficou estabelecido O Plano Nacional de Educação com duração de dez anos. Na prática, numa visão realmente concreta o que significa este prazo? **Palma** - É um prazo adequado, desde que haja um efetivo empenho e acompanhamento na execução das metas estabelecidas. Atualmente, o PNE foi complementado pelo Plano de Desenvolvimento da Educação –PDE lançado pelo governo do Presidente Lula.

CAMINE - Quais são os objetivos gerais do Plano/2001?

Palma - De um modo geral, o PNE procura ampliar o atendimento na educação básica e no ensino superior, bem como melhorar a qualidade da educação que o

Estado oferece nas duas modalidades educacionais. Entretanto, o PNE não alterou a questão do financiamento para o setor educacional. Na prática não aumentou a participação da União na manutenção da Educação Básica. Com a promulgação da legislação que criou o FUNDEB, estabelece-se uma maior participação desse ente federativo na manutenção da educação básica, caso contrário, dificilmente serão atingidas as metas estabelecidas no PNE e no PDE.

CAMINE - O prof. considera que todas as necessidades ou aspirações com relação à Educação Brasileira foram contempladas nos objetivos e metas do PNE/2001?

Palma - O PNE deixou, como mencionei anteriormente, de lado a questão do financiamento. O PNE, por exemplo, não estendeu a obrigatoriedade de educação a toda à educação básica, mas apenas para o ensino fundamental. Nesse sentido, deixou fora a educação infantil e o ensino médio, como também a educação de jovens e adultos.

CAMINE - Qual o compromisso e como se articulam os Estados e Municípios na implementação do Plano Nacional de Educação?

Palma - Os compromissos dos diferentes entes federativos estão estabelecidos no texto constitucional (art. 205 a 214) e em vários artigos da LDB. Por exemplo, os municípios deverão cuidar prioritariamente do ensino fundamental e da educação infantil. Os Estados têm a obrigação de manter o ensino fundamental e o ensino médio e ainda do ensino superior, quando for o caso, como, aliás, é a situação do Estado de São Paulo, que além da Educação Básica também destina recursos à manutenção do Ensino Superior Público. À União cabe exercer um papel supletivo, ou seja, socorrer Estados e Municípios que tenham insuficiência de recursos para cumprir as metas do PNE e do PDE. A União ainda nos termos do art. 9º da LDB deve articular e coordenar a política nacional de educação.

CAMINE - Que dificuldades o prof. apontaria na implementação de um Plano Nacional de Educação no Brasil?

Palma - Eu apontaria três dificuldades: 1) amplitude do território nacional; 2) questões de natureza político-partidária que impedem uma adequada articulação pela União dos demais entes federativos (Estados e Municípios); 3) insuficiência de recursos materiais e financeiros e ainda por cima, às vezes, má aplicação desses mesmos recursos.

CAMINE - Quais as propostas de acompanhamento e de avaliação da execução do Plano?

Palma - Não tenho conhecimento de propostas para acompanhamento e avaliação do Plano Nacional. Na prática, com a mudança de governo ocorrida a partir de 2003, o PNE ficou quase que esquecido. É obrigação do Conselho Nacional de Educação acompanhar a execução das metas estabelecidas no PNE. Todavia, desconheço alguma ação nesse sentido. A União atualmente se preocupa com as metas do PDE.

CAMINE - Tendo-se que o investimento na Educação no Brasil sempre deixou a desejar como ser entendida a relação “propostas” e recursos financeiros na implementação do Plano?

Palma - Como afirmei anteriormente, do meu ponto de vista, os recursos são insuficientes para que as metas do PNE sejam atendidas.

CAMINE - Podemos falar em mudanças, permanências e/ou resistências com relação à execução e avaliação das metas?

Palma - Considero que não tem havido interesse do Poder Públicos nas diferentes esferas administrativas acompanhar e avaliar a execução das metas. Entendo que as resistências são de natureza política.

CAMINE - O Plano Nacional de Educação foi objeto de discussão com os diretamente envolvidos com a educação brasileira, a saber: Dirigentes Regionais de Ensino, Diretores de Escola, professores, funcionários, entre outros? Existem metas que dizem respeito ou que para serem executadas dependem diretamente destes profissionais?

Palma - Essa pergunta toca numa questão central. É óbvio que a execução de qualquer PNE depende da atuação dos profissionais citados na pergunta. Ocorre, entretanto, que a participação desses mesmos profissionais na discussão do PNE foi praticamente nenhuma. Algum tipo de participação ocorreu de modo esporádico quando da discussão no Congresso Nacional. De um modo geral, o PNE foi construído no MEC em interlocução com a Câmara dos Deputados.

CAMINE - A autonomia de decisão e ação das escolas compromete o desempenho de níveis, objetivos e metas exteriormente fixados?

Palma - Bem, acho que não, pois as escolas gozam de muito pouca autonomia. Na prática executam o que é definido pelo Poder Executivo dos diferentes entes federativos.

CAMINE - De 2001 até o presente momento, de acordo com as metas estabelecidas quais foram as conquistas? O que o prof. considera mais comprometedor? Podemos falar em expectativas frustradas?

Palma - Um aspecto positivo foi a universalização do ensino fundamental; também houve certa ampliação do atendimento no nível do ensino médio e uma grande expansão do ensino superior, principalmente, no segmento privado, embora também tenha crescido significativamente a matrícula no ensino superior público. Nesse sentido, a relação docente/aluno aumentou no segmento público, o que indica melhor aproveitamento dos recursos disponíveis. Um setor que ainda estamos patinando é o do atendimento nas creches públicas, na sua maior parte sob responsabilidade dos municípios. Nas grandes cidades e principalmente nas capitais, é grande o déficit no atendimento. O estabelecimento de um piso nacional de salário para o magistério público é um avanço. Entretanto, sem a colaboração da União, muitos Estados e Municípios terão dificuldades em cumpri-lo

CAMINE - Considerando-se os níveis de ensino (Ed. Básica e Superior) quais propostas/metodologias o prof. considera realmente pertinentes, pontuais e exequíveis?

Palma - Todas as metas estabelecidas no PNE são pertinentes e exequíveis, basta que o Poder Público queira executá-las e para tanto destine os recursos financeiros necessários.

CAMINE - E com relação às modalidades: Educação de jovens e adultos; Educação à distância e tecnologias educacionais; Educação tecnológica e formação profissional; Educação especial; Educação indígena e Magistério da educação básica? Quais as propostas e avanços?

Palma - Houve ampliação relevante do atendimento na educação de jovens e adultos (EJA), em muitos casos na modalidade EAD. Está também ocorrendo, tanto por parte da União como dos Estados, e, nesse caso, São Paulo, vem dando um

bom exemplo, que é à ampliação do atendimento na Educação Tecnológica e Formação Profissional.

CAMINE - De acordo com estudiosos do Currículo, Michel Apple, por exemplo, o currículo tem sido um dos veículos, senão o principal na formatação das teorias da escola reprodutora e, portanto um fator de exclusão. O prof. concorda com esta concepção? a questão curricular perpassa pelos objetivos e metas do PNE?

Palma - Até onde sei o PNE não trata da questão curricular. Entretanto, a LDB vem sendo alterada com a inclusão de novas disciplinas no currículo, como é o caso da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura da África, Sociologia, Filosofia e Música. Em relação ao papel reprodutor do currículo escolar, entendo mesmo que sempre é um mecanismo de controle social exercido pelo Estado sobre o conjunto da população em idade escolar. Quanto ao fato de ser reprodutor das desigualdades sociais, entendo tudo depende da forma como a escola trabalha o conteúdo curricular, uma vez que o mesmo sempre se apresenta como um recorte da cultura existente num determinado momento histórico; daí as sucessivas atualizações curriculares.

CAMINE - E sobre a violência algum comentário que remeteria ao PNE?

Palma - Tenho pouco a dizer sobre esse quesito, pois entendo que a violência está na sociedade e não na escola. Esta apenas reflete o que ocorre no entorno da escola. Acredito que certas práticas repressivas, que às vezes, alguns Conselhos Escolares adotam, apenas contribuem para gerar um clima de insegurança e violência. A escola não pode tratar a questão da violência numa perspectiva policial. Tem que haver diálogo, onde for possível. De qualquer forma, o PNE não aborda essa questão, que penso, aliás, não cabe ser tratada nesse documento que é de natureza geral.

CAMINE - Plano Nacional de Educação, globalização e política neoliberal, quais as considerações ou reflexões pertinentes?

Palma - A globalização é um fato, basta observar o que está acontecendo no Brasil em decorrência de uma crise cujo epicentro encontra-se no coração do capitalismo (Estados Unidos e Europa Ocidental). Do meu ponto de vista a escola tem que levar em conta a realidade da globalização, que em si não é boa nem má, depende da

forma como o Brasil nela se engaja. Penso que é possível tirar vantagens e diminuir as desvantagens desse processo de mundialização (termo preferido pelos franceses). A globalização não é apenas econômica; penso que é principalmente cultural. Evidentemente que esse processo produz tensões e a escola precisa aprender a lidar com elas. Pelo que entendo, o PNE procurou levar em conta o processo de globalização. O neoliberalismo, do meu ponto de vista, influenciou muito pouco na elaboração do PNE. Seja como for, hoje se encontra em baixa. Penso que ninguém deve se preocupar com o discurso neoliberal, pois já ninguém nele mais acredita. Nem o Obama, quem dirá nós que estamos na periferia do capitalismo, é verdade que como emergentes, mas mesmo assim, periferia!

CAMINE - Brasil e o mundo, o que considerar sobre a relação educação e escola?

Palma - A relação da escola, enquanto educação escolar, vem se modificando na sua relação com a educação mais geral. É um acontecimento de natureza mundial. Não é por acaso, que os currículos escolares de diferentes países sejam cada vez mais parecidos.

CAMINE - Qual a mensagem que o prof. passaria para os professores brasileiros de todos os níveis e modalidades?

Palma - Continuar lutando para cada vez mais incluir gente no processo educacional e oferecendo uma educação de boa qualidade. Fora de uma educação de boa qualidade em todas as suas modalidades, não como construir uma sociedade verdadeiramente democrática e, sobretudo cidadã.

CAMINE - Muito obrigada.